



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 637939 - AM (2020/0349992-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DIEGO MARCELO PADILHA GONCALVES
ADVOGADO : DIEGO MARCELO PADILHA GONÇALVES - AM007613
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PACIENTE : MARCOS PAULO DE SOUZA RIBEIRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de MARCOS PAULO DE SOUZA RIBEIRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS (4008822-24.2020.8.04.0000).

O paciente encontra-se preso em flagrante pelo cometimento, em tese, dos crimes tipificados no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas) e art. 14 da Lei n. 10.826/2003 (porte de arma de fogo). Posteriormente, a prisão foi convertida em preventiva pelo juízo da custódia.

O Ministério Público emitiu parecer pela concessão da liberdade provisória cumulada com medida cautelar de monitoramento eletrônico nos termos do art. 319, IX, do CPP (fls. 26/27).

O paciente sustenta que possui asma brônquica e, dessa forma, faz parte do grupo de risco para a covid-19 (fl. 10).

Requer a concessão de liminar para a substituição da prisão preventiva por medida cautelar diversa da prisão, ou prisão domiciliar. No mérito, pugna pela confirmação da liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou sequer ter sido a matéria apreciada pelo Juízo de primeiro grau, uma vez que a decisão de segundo grau combatida é exatamente de indeferimento do HC por entender não ter o paciente exaurido a primeira instância e cita, inclusive, jurisprudência desta Corte. Apresentou o relator os seguintes argumentos:

[...] considerando a inexistência de provimento jurisdicional do juiz originário acerca do suposto constrangimento ilegal, é inviável a análise do pleito neste grau de jurisdição, porquanto é vedada a esta instância, por questões de ordem principiológico-processuais, conhecer pedidos não examinados primeiramente pela autoridade competente, sob pena de se configurar a supressão de instância.⁰⁷ De acordo com a jurisprudência pátria, a decisão que determinou a prisão deve ser em primeiro lugar combatida no próprio juízo de origem, e, só então, poderá ser analisada na instância superior.

Assim, evidenciado está que não houve análise do pedido objeto do presente *writ* pelo Tribunal de origem, razão pela qual é inviável sua apreciação pelo STJ, sob pena de indevida supressão de instância.

Dispõe o art. 105, I, *c*, da Constituição Federal que compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar *habeas corpus* quando o coator for tribunal sujeito a sua jurisdição, hipótese que não é a dos autos. O pedido também não se enquadra em nenhuma das hipóteses de competência originária desta Corte.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente